

te das idéias no século XIX. Torna-se um clássico, porque veicula temas de atualidade. Vale a licença para reproduzirmos uma de suas citações de Plínio sobre o monopólio fundiário: *Latifundia perdidere Italiam*. Onde Itália, leia-se Brasil.

existência anarquista | acácio augusto*

Raquel Azevedo. *A resistência anarquista — uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, 381 pp.

Os recentes estudos historiográficos, que não se preocupam exclusivamente com os grandes fatos históricos, mas também em captar seu cotidiano, quando se dedicam a estudar as experiências anarquistas explicitam uma atitude inquieta e inquietante por parte dos libertários, ao notar os abalos que causam esta atitude na vida diária. É justamente esta abordagem da história que escolhe Raquel de Azevedo em seu estudo acerca de como se deu a resistência anarquista no período de 1927 a 1937, apresentando, logo em seu primeiro capítulo, uma discussão sobre a maneira de tratar a história do anarquismo no Brasil. Propõe preencher uma lacuna na pesquisa histórica, analisando o cotidiano e o imaginário anarquista entre o encerramento do estado de sítio no governo Artur Bernardes (1927) e a instauração da ditadura varguista (1937).

Ao escolher esta abordagem a autora, através de uma extensa análise dos jornais anarquistas (em especial o

* Estudante de Ciências Sociais na PUC-SP, bolsista de iniciação científica CNPQ e integrante do Nu-Sol.

jornal *A Plebe*, principal veículo da imprensa libertária da época), da imprensa oficial — por via das notícias no jornal *O Estado de São Paulo* — e de documentos dos arquivos do DOPS, faz um relato das experiências anarquistas em um período em que o anarquismo era apontado pela historiografia marxista como “morto” ou “superado”. Nas pesquisas acadêmicas e nos livros didáticos de colegial é comum vermos a presença anarquista no Brasil reduzida às primeiras duas décadas do século XX como um movimento pré-político.

Atenta aos embates e conflitos causados pela intensificação da repressão policial, as disputas com os comunistas — após a fundação do PCB em 1922 — e a institucionalização do movimento operário, Azevedo está interessada em captar as saídas que criaram os anarquistas para resistirem às transformações pelas quais passava a sociedade. Ao contrário de outras correntes políticas, como o comunismo, que surgiam no meio operário e tentavam adaptar-se às circunstâncias, aceitando, por exemplo, o sindicato ligado ao Estado, os anarquistas estavam interessados em afirmar uma existência pautada na autogestão, nas relações anti-hierárquicas e em uma atitude anti-autoritária, indo além das lutas trabalhistas e visando uma transformação do indivíduo. Os anarquistas afirmam que sem uma transformação dos costumes nas relações cotidianas é impossível pensar uma transformação da sociedade.

Mesmo não tendo a mesma expressão que possuíam no meio operário no período entre 1906 e 1924, os anarquistas continuam, após este momento (o intervalo causado pelo estado de sítio de 1922 a 1926), associando-se para produzir jornais, escolas autogestionárias, centros de cultura, apresentações teatrais, comitês em defesa dos presos políticos, ligas anticlericais e viver a vida segundo seus costumes libertários. A autora vê nesta

atitude do movimento anarquista a afirmação de uma identidade coletiva, mostrando de que maneira entre anarquistas, através da imprensa libertária, nos textos e nas figuras, e no posicionamento que tomavam frente aos acontecimentos, havia sempre a lembrança de um passado “glorioso”, da presença anarquista nos sindicatos e da força transformadora que possuía o trabalhador consciente sobre o autoritarismo na sociedade. Mas é importante estar atento ao fato de que — como o próprio livro mostra — havia um esforço por parte da imprensa oficial, da polícia, dos comunistas, dos fascistas e das demais forças que combatiam os anarquistas em identificá-los, seja como portadores de idéias exóticas, atrasadas ou românticas, seja como os estrangeiros perigosos, sempre com uma dinamite à mão pronta para explodir, ou ainda como os “agitadores violentos perturbadores da ordem pública”. Portanto, a construção de uma identidade podia ser uma forma de resistir, mas era também um artifício para destruir os anarquistas. Além disso, não há hegemonia no pensamento anarquista. Como os próprios militantes da época costumavam dizer, havia sempre “acaloradas discussões” sobre os mais diversos temas, inclusive sobre a idéia de anarquismo de cada grupo ou indivíduo, tornando ainda mais difícil a idéia de uma identidade coletiva.

O interessante é notar como um trabalho com o recorte de uma década é capaz de resultar em quase quatrocentas páginas, mostrando a generosidade da autora com quem se dedica a pesquisar os anarquismos, que pode certamente usar este material como fonte, e sua firmeza em constatar a capacidade dos anarquistas em não se engessarem em idéias acabadas e projetos a serem seguidos à risca, criando inúmeras possibilidades de existir e resistir. A compila-

ção de documentos, como atas de reuniões e artigos de jornais e a elaboração de tabelas mostrando a significativa participação anarquista nas greves, sindicatos e manifestações, mostram a criação de associações e grupos não necessariamente de operários e a promoção de eventos e festas, explicitando como os anarquistas foram em seu cotidiano e asseguraram a continuidade de uma cultura libertária que questiona a cultura da autoridade na qual se baseia a sociedade. Cabe notar também que a publicação de um estudo como este é sinal de uma presença cada vez maior de anarquistas na universidade. Isto mostra que assim como os anarquistas presentes neste livro não tinham no sindicato um local exclusivo de atuação, eles estão onde quer que seja possível a realização de uma vida libertária. E a conclusão a que chega a autora, confirma: “o atrelamento das organizações operárias brasileiras teve vida longa, enquanto que a experiência libertária retirou-se do ambiente sindical, ressurgindo em ameaças de explosões, não mais de ‘bombas de dinamite’, mas em atitudes rebeldes e contestadoras dos micro-poderes, como ocorreu nas agitações que percorreram o mundo em maio de 1968” (p. 363).